

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.954 - PR (2015/0313100-6)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : TEREZA RIBEIRO FERREIRA**  
**ADVOGADO : ANDRÉA CRISTINA CHAVES DE OLIVEIRA - PR017775**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela **União**, fundado no CPC/73, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 294):

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO SENTENÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.**

*Nem a condição de sucessora da RFFSA, nem o fato das complementações de aposentadoria devidas nos termos da Lei n.º 8.186/91 serem suportadas pela União justificam, por si só, a incidência, sobre os créditos executados, da contribuição ao Plano de Seguridade Social do servidor público prevista no art. 40 da Constituição Federal.*

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fls. 319/323).

Nas razões do especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73, e 16-A da Lei nº 10.887/2004, e 35 da MP nº 449/2009, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em resumo, que: (I) apesar da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem não se manifestou quanto a questões importantes ao deslinde da controvérsia, a saber, "*o instituidor era servidor público e autárquico federal, embora cedido à RFFSA, por isso a complementação pelo tesouro nacional. Daí que se percebe a incidência da contribuição à seguridade em relação à parcela complementada, pois o instituidor de pensão, que tem sua pensão complementada pela União não perde a qualidade/equiparação de servidor público e autárquico federal, ainda que cedido à RFFSA, caracterizando-se, portanto, a parcela complementada como pensão paga pelo tesouro nacional e assim capaz de incidir a contribuição à seguridade. O acórdão recorrido refutou as alegações da União, sob o argumento de que o regime celetista dos empregados impossibilita os descontos suscitados pela recorrente. No entanto, a contribuição à seguridade decorre da Lei nº 10.887/2004, e*

*incide inclusive no caso de execução judicial (artigo 16-A) e sobre valores de complementação de pensão." (fl.335); e (II) "a parcela de complementação de pensão/aposentadoria não está sujeita ao Regime Geral da Previdência Social, uma vez que possui natureza jurídica inconfundível com eles, de maneira que as regras que regem os benefícios previdenciários não podem ser estendidas para alcançar o complemento pago pela União, que deve sofrer a incidência de PSS." (fl.337).*

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 372/380.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação comporta guarida quanto à alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, com efeito, a ora agravante opôs embargos de declaração em face do acórdão de fls. 292/294, nos quais sustentou que o **decisum** teria incorrido em omissão quanto à necessidade de enfrentamento da matéria inserta nos arts. 35 da Medida Provisória 449/2009, convertido no art. 36 da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009; 1º e 5º, do Decreto-Lei 956/1969; 1º, 2º e 5º, da Lei 8.186/1991; 2º da MP 353/2007, tendo em vista que *"há norma cogente determinando a realização dos descontos fiscais quando do pagamento de precatório/RPV (leia-se contribuição para o PSS), correspondente à referida complementação de pensão"* (fls. 303).

Tais questões já tinham sido suscitadas, por oportuno, nas razões de agravo (fls. 272/287). Todavia, a Corte origem se pronunciou sobre a existência das alegadas omissões, no momento da apreciação dos segundos embargos de declaração, limitando-se a alegar que (fl. 320):

*"Com efeito, o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei que tratam da matéria, desde que decida sob fundamentos suficientes para sustentar a manifestação jurisdicional. O princípio do livre convencimento permite que o juiz decida com base em fundamentos diversos daqueles considerados relevantes pelas partes, sem que se abra espaço para oposição disciplinada no art. 535 do CPC."*

Da leitura do excerto acima citado, verifica-se que o Tribunal de origem não apreciou a questão suscitada. Em outras palavras, o Tribunal de origem ficou-se silente sobre tais argumentações, rejeitando os pertinentes aclaratórios da ora agravante, em franca violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

Verifica-se que a referida questão é relevante para a solução da controvérsia, porém a Corte de origem limitou-se a afirmar que a RFFSA foi constituída sob a forma de sociedade de economia mista, sujeitando seus funcionários ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

A propósito, a fim de ilustrar a relevância da questão, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

**ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. RETENÇÃO NA FONTE DE CONTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO - PSS. LEI 10.887/04, ART. 16-A.**

*1. A retenção na fonte da contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS, incidente sobre valores pagos em cumprimento de decisão judicial, prevista no art. 16-A da Lei 10.887/04, constitui obrigação ex lege e como tal deve ser promovida independentemente de condenação ou de prévia autorização no título executivo.*

*2. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.*

**(REsp 1.196.777/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/10/2010, DJe 04/11/2010)**

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO. RETENÇÃO. ART. 16-A DA LEI 10.887/07. POSSIBILIDADE. RESP 1.196.777/RS JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C**

*DO CPC.*

*1. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de retenção de desconto previdenciário do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS, com esteio na MP 449/08, convertido no art. 36 da Lei 11.941/09, sobre valores decorrentes de condenação judicial de natureza salarial, ainda que não previsto na sentença exequenda.*

*2. A retenção na fonte da contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS, incidente sobre valores pagos em cumprimento de decisão judicial, prevista no art. 16-A da Lei 10.887/04, constitui obrigação ex lege e como tal deve ser promovida independentemente de condenação ou de prévia autorização no título executivo (REsp 1.196.777/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 4.11.2010, submetido ao colegiado pelo regime dos recursos repetitivos, art. 543-C do CPC.*

*Agravo regimental improvido (AgRg no Edcl no Ag. 1.330.493/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Dje de 4/3/2013).*

Uma vez reconhecida a negativa de prestação jurisdicional, resta por ora prejudicada a apreciação dos demais pontos suscitados no recurso especial.

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento ao recurso especial por violação do art. 535 do CPC/73, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos aludidos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sérgio Kukina, Relator